

PASSOS, João Décio.
As reformas da Igreja.
Posturas e processos de uma
mudança em curso.

Petrópolis: Vozes, 2018, 320 p.

ISBN 9788532656766

João Décio Passos é doutor em Ciências Sociais e livre-docente em Teologia pela PUC-SP. Também leciona no Instituto São Paulo de Estudos Superiores (ITESP) e é membro da Equipe de Reflexão da Comissão Episcopal para o Laicato da CNBB. É autor de inúmeras obras e um dos organizadores do *Compêndio de Ciência da Religião* e do *Dicionário do Concílio Vaticano II*, publicados por Paulinas e Paulus Editora.

A obra *As reformas da Igreja. Posturas e processos de uma mudança em curso* olha especificamente para as reformas empreitadas pelo Papa Francisco nestes cinco anos de seu pontificado. Reformas estas que estiveram e estão identificadas com sua pessoa, desde que se tornou papa. As pautas reformadoras avançam segundo os métodos e os ritmos adotados pelo chefe supremo do catolicismo, causando entusiasmo ou mal-estar em distintos sujeitos eclesiais, sem falar dos impactos provocados na grande mídia. Diante disso, o autor, aderindo positivamente às reformas franciscanas, salienta que a história futura permitirá um juízo mais preciso sobre o fenômeno renovador chamado Francisco: Em que medida terá sido tradicional ou renovador? As reformas foram de fato efetivas? Por enquanto, o calor da hora não permite nem distância nem avaliação do conjunto da obra. Por isso, a resposta a estas questões quando distante dos fatos poderá ser revestida não só de maior objetividade como também munida de elementos avaliativos, sobre o alcance concreto do que se encontra hoje em curso. Portanto, falar das reformas de Francisco permanece tarefa instigante e urgente para os estudiosos e para a comunidade eclesial.

As reflexões se estruturam em quatro partes. A primeira parte: *Os processos das reformas* é composta de dois capítulos: 1) *Os limites do carisma na instituição tradicional* e, 2) *As oposições às reformas*. Analisam a conjuntura eclesial em duas perspectivas: a figura carismática de Francisco inserida na instituição eclesial católica e o significado das oposições às reformas por ele empreitadas. Primeiramente mostra-se a relação entre crise e carisma, ou crise da Igreja Católica que produz como solução política a figura e um líder reformador. O autor busca aprofundar a figura reformadora do papa em analogia aos tipos puros de inspiração weberiana: o carisma, a tradição e a burocracia, e pretende trazer à luz a seguinte afirmação, para definir a situação do atual papa: *uma personalidade carismática que ocupa um papel tradicional em uma instituição burocrática*.

Frente a isso, as reformas têm sido recebidas com diferentes ânimos e convicções por parte do episcopado, do clero e dos fiéis. De um modo geral, mostra o autor no segundo capítulo que o conjunto dos fiéis acolhe as renovações com simpatia, porque vindas de um papa simples, transparente e corajoso. Contudo, como toda reforma, a de Francisco depara-se com rejeições no interior da Igreja; rejeições que têm se mostrado inéditas no âmbito do *ethos* católico edificado fortemente no senso da unidade interna e de fidelidade ao pontífice. Esse quadro atípico torna-se ainda mais original, tendo em vista o silêncio que prevalece entre os bispos, as conferências episcopais e o clero de um modo geral em relação às chamadas de Francisco às reformas urgentes. As rejeições explícitas de alguns prelados da alta hierarquia são em tom bem mais forte do que as vozes que saem em sua defesa, fosse em nome de uma pura fidelidade à autoridade eclesialmente instituída. Essa indiferença política indica que as reformas franciscanas estão longe de serem unânimes entre os bispos. A velha unanimidade instituída desde o epicentro da Cúria Romana que tinha no centro o símbolo da unidade, o papa está agora acéfala, permanecendo viva como *ethos* e como máquina burocrática. A reforma ocorrida abruptamente no centro simbólico não atingiu o centro político de funcionamento da instituição e nem mesmo a cultura eclesial geral resultada como valor e vivência desde a consolidação desse centro.

A segunda parte: *As fontes e os métodos as reformas*, é dividida em dois capítulos: 1) *Tradição e renovação* e, 2) *O Concílio Vaticano em ação*. Expõem as referências e as fontes das reformas. Apresenta primeiramente a questão da tradição e como Francisco a acolhe e compreende esse valor constitutivo da

Igreja, mostrando que as reformas expõem diferentes concepções sobre as tradições: *como preservação e repetição intactas* ou *como transmissão que se renova*. Neste sentido, a reflexão deste capítulo toma posição em relação ao que se deve entender por tradição do ponto de vista da compreensão da fé: afirma a tradição como transmissão que se renova no esforço de preservar e comunicar o carisma original cristão.

Com Francisco a transmissão da Tradição continua na história da Igreja. Continuam também as intuições do Vaticano II, senão os arremates das reformas por ele iniciado. Francisco resume em linguagem simples e direta o que entende sobre o Concílio: uma era de renovação da Igreja realizada pelo Espírito. Negar essa realidade é fechar-se ao Espírito Santo e controlar a sua ação. Francisco tem uma concepção clara sobre tradição e doutrina a partir de onde alavanca suas propostas renovadoras como projeto legítimo perante o edifício doutrinal católico. Entende que o Vaticano II define a Igreja atual naquilo que se deve entender por sua natureza e missão. É a fonte de onde Francisco retira referências para o exercício de seu ministério: os conteúdos teológicos e pastorais, as visões de Igreja e do próprio papado, bem como o método fundamental para as suas reflexões. Rompe, nesse sentido, com a tendência revisora sobre o significado renovador do grande evento que se tornou sempre mais presente nos setores mais conservadores da Igreja, incluindo os papas anteriores, particularmente Bento XVI.

A terceira parte: *Os desafios e as possibilidades* – está organizada em dois capítulos: 1) *A viabilidade das reformas* e, 2) *A Igreja sempre em reforma*. Estes capítulos colocam a questão da viabilidade e da naturalidade das reformas dentro da Igreja e do cristianismo. As reformas são legítimas porque implicam o ato de transmitir a fé no tempo e no espaço. O autor esclarece: ainda, que as reformas causem admiração e rejeição dentro da Igreja, elas se inserem dentro de uma dinâmica histórica que revela não somente o cristianismo sendo permanentemente refeito, como uma espécie de mandato reformador procedendo da própria fé. Desta forma, as religiões e, de modo normativo, o cristianismo se renovam permanentemente a partir de suas fontes primeiras (seu carisma).

A quarta parte: *As reformas a partir do centro* – estruturada em dois capítulos: 1) *A cura das doenças da Cúria* e, 2) *A reforma do papado* expõem as possibilidades de reforma do centro gestor da instituição católica: a Cúria Romana e o papado. A reforma destas duas instâncias centrais da Igreja está nas

pautas colocadas por Francisco desde o início de seu pontificado. Esse núcleo mais duro e estável da Igreja é também muitas vezes imune às mudanças, por razões teológicas ou de preservação institucional. Sem a reforma do centro gestor da Igreja, as demais reformas poderão ser superficiais, ao menos do ponto de vista da reforma das estruturas e, no entender do autor a administração central da Igreja ainda é o grande desafio para as reformas franciscanas. Encaminhar hoje uma descentralização do papado e das estruturas da Igreja significa ao mesmo tempo refontalizar evangelicamente a Igreja e colocá-la em sintonia com o mundo atual, organizado por iguais (padrões globalizados) e diferentes (padrões locais).

Na reflexão de caráter mais analítico sobre a Cúria, o autor mostra que as reformas permanecem na agenda do pontífice, enquanto a agenda dos organismos curiais segue seu curso, sem grandes modificações. Essa estrutura, por se tratar precisamente de uma burocracia, tem como característica a autossustentabilidade e o autofinanciamento segundo regras e fluxos estabelecidos previamente instituídos. O fato é que Francisco e sua cúria têm revelado modos distintos de exercer a autoridade entro da Igreja: um modo carismático, investido da missão de reformar em nome do carisma do Evangelho; um modo burocrático, que visa a governar pela regra estabelecida objetivamente e por meio de órgãos competentes. Uma reforma da cúria deveria pautar-se pela humildade evangélica em superação aos títulos honoríficos, pela simplicidade evangélica renunciando à pompa e ao luxo e pela irmandade evangélica e pela colegialidade superando os absolutismos e os isolamentos.

Na reflexão de caráter mais propositiva sobre o Papado – o autor mostra que o princípio da colegialidade, um dos grandes nós, desatado nas discussões e decisões conciliares, não encontrou suas reais traduções institucionais e, portanto, uma reforma do papado se inscreve nesse curso natural de reforma mais ampla da Igreja e deverá concluir uma obra começada pelo Vaticano II, desvestindo-o das carcaças políticas imperiais, donde se pode pensar nos seguintes desafios e tarefas: a) enfrentar os impactos culturais da reforma do papado; b) distinguir o carisma das construções históricas; c) desconcentrar o exercício do papado; d) descentralizar as funções; e) regionalizar a administração eclesial; f) institucionalizar as reformas.

Nas conclusões, são feitas considerações sobre a recepção das reformas franciscanas, querendo acolher, antes e tudo, as convocações feitas pelo próprio papa a que todos participem da “reforma inadiável da

Igreja”, tendo-se em consideração que a recepção é comum, é construção, é discernimento.

A obra tem o mérito de tratar de um tema relevante para o atual momento evangelizador da Igreja, mas pouco trabalhado nesta ótica. Quando se escreve sobre o pontificado de Francisco, fazem-se menções às dificuldades por ele enfrentadas sem, no entanto, aprofundar tais dificuldades e daí tirar suas consequências. O autor merece, sem dúvida, o reconhecimento e o elogio de todos os que têm buscado recepcionar os ensinamentos do papa. Um texto lúcido que não peca por idealismos, nem sucumbe no pessimismo. De fato, como nos diz o autor: “as reformas sempre vieram cobrar coerência das instituições da Igreja e ofereceram como alternativa, a vida evangélica” (p. 273).

Eliseu Wisniewski

Doutorando em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Araucária / PR – Brasil

E-mail: eliseu.vicentino@gmail.com